

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: PILARES DA EDUCAÇÃO

KARAL, Jussara¹
WELTER, Maria Preis²

RESUMO: Para a realização de um processo educacional efetivamente funcional e de qualidade, existem dois princípios fundamentais que necessitam ser respeitados pelo educador: a avaliação e o planejamento. Neste artigo apresentam-se as principais características de cada um, demonstrando a importância que exercem, tanto para o professor quanto para os alunos, durante o processo de ensino aprendizagem, e ainda apresenta a melhor maneira de realizá-los. Assim, define e relaciona os mesmos de acordo com a importância que exercem dentro do processo educacional.

Palavras- Chave: Avaliação. Planejamento. Processo Educacional.

ABSTRACT: For an educational process effectively functional and of quality there are two fundamental principles that must be respected by the educator: assessment and planning. This article presents the main features of each, demonstrating the importance they exercise, both for the teacher and for the students during the teaching learning process, and it also sets the best way to accomplish them. Thus, it defines and lists them according to the importance they exercise within the educational process.

Key-words: Evaluation. Planning. Educational Process.

1 INTRODUÇÃO

O processo educacional é, em sua essência, complexo e delicado, pois envolve emoções, sentimentos e, principalmente, implica na convivência de pessoas com personalidades distintas. Dessa forma, todas as atividades relacionadas ao mesmo necessitam ser conduzidas de forma coerente.

No que se refere às atividades educacionais, não é possível compreendê-las somente como aquilo que é efetivamente realizado em sala de aula, pois, um dos pilares para o trabalho do educador é o planejamento. É fundamental que o professor tenha conhecimento da importância desse momento, para que assim possa conduzi-lo de forma correta, projetando suas metas, bem como as de cada turma, além de considerar as particularidades de cada uma, valorizando o que de melhor houver nelas.

¹ Acadêmica do Curso de Matemática da FAI- Faculdade de Itapiranga. E-mail juquikaral@hotmail.com

² Mestre em Educação. Coordenadora e professora do curso de Pedagogia da FAI - Faculdades de Itapiranga. E-mail: pedagogia@seifai.edu.br

Outro momento essencial ao processo de ensino é a avaliação, que, geralmente, é relacionada a provas e testes de conhecimento, ou mesmo a uma forma de punição para o comportamento da turma. Entretanto, um educador preparado utiliza o processo avaliativo como forma de perceber os pontos fortes e fracos de cada turma, bem como uma maneira de auto avaliar seu próprio trabalho.

Devido à importância desses no âmbito educacional, o presente artigo busca apresentar as características de cada um, demonstrar sua eficiência e necessidade e, ainda, apresenta a melhor forma de realizá-los.

2 PLANEJAMENTO

Em nosso cotidiano estamos sempre nos deparando com o planejamento de nossas atividades, pois, mesmo sendo elas de extrema simplicidade requerem organização. Segundo Gandin (2007, p. 17) “o planejamento e um plano ajudam a alcançar a eficiência, isto é, elaboram-se planos, implanta-se um processo de planejamento a fim de que seja bem-feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução”.

Aos profissionais da educação, o planejamento torna-se indispensável ao bom andamento de seu trabalho, uma vez que para tornar uma aula produtiva e atrativa aos alunos é necessário estar preparado e ter em mente qual o próximo passo necessário. Nesse sentido, Vasconcellos (2010, p. 42) ressalta que “uma clareza deve ser resgatada: a reprodução, o ensino desprovido de sentido, pode existir sem planejamento, todavia a recíproca não é verdadeira: se desejarmos uma educação democrática, temos que ter um projeto bem definido nesta direção”.

É necessário, antes de tudo, compreender o que é e o que realmente significa planejar. Gandin (2007, p. 23) afirma que planejar é:

elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso [...];
executar – agir em conformidade com o que foi proposto; e
avaliar – revisar sempre cada um desses momentos e cada uma das ações, bem como cada um dos documentos deles derivados.

Para Vasconcellos (2010, p. 80), é preciso diferenciar o planejamento de um plano, segundo ele “planejamento é o processo, contínuo e dinâmico, de reflexão, tomada de decisão, colocação em prática e acompanhamento. Plano é o produto desta reflexão e tomada de decisão [...]”.

Ao construir um plano precisamos ter em mente nossos objetivos e recursos disponíveis, além do tempo em que queremos alcançar nossas metas, segundo Melo (1979, pg. 50) “é premente a necessidade de que o planejamento conte com o instrumental necessário para suas reflexões, estabelecimento de parâmetros e comparações, análises e conclusões, retrospectivas e prospectivas”. Neste sentido, Gandin (2007, p. 21) alerta que

são três as perguntas básicas a ser feitas e continuamente retomadas (de forma dialética) em um processo de planejamento:

- O que queremos alcançar?
- A que distância estamos daquilo que queremos alcançar?
- O que faremos concretamente (num prazo predeterminado) para diminuir essa distância?

Durante o processo de planejamento é necessário que se tenha objetivos e metas bem definidos, mas sobre isso Gandin (2007, p. 27) afirma que “estabelecer objetivos [...] sem saber para qual finalidade é, no mínimo, perder o próprio tempo. Para que ocorra um planejamento consciente e realmente útil, é necessária a existência do marco referencial, que subdivide-se em *marco situacional*, *marco doutrinal* e *marco operativo*.

Marco situacional é o que busca a descrição e posterior julgamento de aspectos do mundo a que se está inserido, tais como sociedade, política, cultura, educação, religião e economia, destacando os que forem necessários a quem está planejando. No âmbito educacional, faz-se imperativo a percepção social, econômica, política e cultural, já que tudo isso está diretamente ligado e influenciando a educação.

O marco doutrinal trata-se do momento onde são estabelecidos os ideais, que servem como orientação, sendo algo possível de ser realizado. Os ideais irão variar de acordo com cada planejamento, contudo é imprescindível a presença da teoria, que vem a se constituir na doutrina, fundamental para definir com clareza a direção que o esforço empregado tomará.

Marco operativo é o que procura estabelecer uma aproximação entre a realidade existente e àquela que se está idealizando (GANDIN, 2007).

2.1 DIAGNÓSTICO

Para a realização de um bom e realmente útil planejamento, torna-se necessária a realização de um diagnóstico, cujo objetivo é basicamente a observação e constatação das necessidades e dos recursos disponíveis. Segundo Vasconcellos (2010, p. 188) o ato de diagnosticar pode ser definido como a “localização das necessidades da instituição, a partir da análise da realidade e/ou do confronto com um parâmetro aceito como válido”. Já para

Gandin (2007, p. 31) “o diagnóstico é [...] o resultado da comparação entre o que se traçou como ponto de chegada (marco referencial) e a descrição da realidade da instituição como ela se apresenta”.

Apesar de parecer algo simples, realizar o diagnóstico é um processo delicado, que deve ser valorizado e seriamente efetuado, para que assim possa fornecer dados reais e significativos, Gandin (2007, p. 33) afirma que “o diagnóstico não é a descrição da realidade, [...] ele só é possível a partir desta descrição: se não se conhecer a realidade, não se pode realizar um diagnóstico”. Por ser, o planejamento, um fator de extrema importância para educadores, e o diagnóstico ser algo fundamental a ele; este não deve ser ignorado ou menosprezado.

2.1.1 Como realizar o Diagnóstico

Para a realização de um bom diagnóstico são necessárias algumas considerações importantes. Inicialmente deve-se conhecer a realidade a que se está submetido, e isto se dará através de pesquisas e análise dos dados obtidos. Contudo, não basta apenas conhecer a realidade, é necessário, também, julgar esta realidade, confrontando entre o que seria o ideal e o que realmente se tem. E, por último é necessário que se localize as necessidades, aquilo que falta para que a escola torne-se a instituição desejada por todos (VASCONCELLOS, 2010).

Para diagnosticar algo é preciso observar detalhadamente, buscando ver além do que normalmente apenas vemos. Segundo Gandin (2007, p. 33)

[...] na realização de um diagnóstico inicial e no refinamento de diagnóstico existente, ocorrem duas etapas complementares: a pesquisa e o juízo, aquela para se alcançar uma descrição da realidade existente e este para comparar o que se realiza com o que se pretende (marco referencial), a fim de estabelecer a distância.

Desse modo, uma etapa essencial ao diagnóstico é a pesquisa. No momento da realização desta existem alguns passos que devem ser seguidos, são eles, de acordo com Gandin (2007, p. 33)

- a) definição da pesquisa;
- b) elaboração de instrumento (s);
- c) aplicação do (s) instrumento (s) – coleta de dados;
- d) tabulação dos dados;
- e) leitura dos dados [...]

Com o objetivo de obter os dados necessários para a descrição da realidade existente, a pesquisa deve ser seguida pelo juízo, que busca analisar e responder questões fundamentais à

elaboração do diagnóstico, através da conclusão do que foi pesquisado. É fundamental que este seja realizado por pessoas que sejam membros participantes da instituição em questão. (GANDIN, 2007)

Contudo percebe-se o quão valioso e minucioso é o ato de diagnosticar, segundo Vasconcellos (2010, p. 190)

diagnosticar significa ir além da percepção imediata, da mera opinião [...] ou descrição, e problematizar a realidade, procurar apreender suas contradições, seu movimento interno, de tal forma que se possa superá-la por uma nova prática, fertilizada pela reflexão teórico-crítica.

Deste modo, percebe-se que o diagnóstico deve ser feito com responsabilidade, dedicação e real interesse em conhecer o ambiente e seus problemas. Pois, somente com um bom diagnóstico em mãos, é que será feito um planejamento concreto, que estará atendendo as necessidades reais existentes.

2.2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) são padrões educacionais, tanto para Ensino Fundamental quanto para Ensino Médio, estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), com o principal objetivo de garantir que todos os estudantes brasileiros tenham acesso ao ensino de conhecimentos, considerados indispensáveis para sua vida social, cultural, para ingresso ao mercado de trabalho e, também, incluindo temas imprescindíveis para a formação da consciência cidadã dos alunos.

Os PCN's colocam a necessidade de inserirem-se na educação básica os *temas transversais*, os quais devem ser trabalhados, indiferentemente da disciplina. Estes temas precisam ser lembrados no momento da realização do planejamento das aulas, por parte do professor, e também, quando o corpo discente realizar o planejamento anual escolar. Segundo o MEC (1998, p. 25) “a educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais”.

No momento do planejamento, além das muitas considerações e do diagnóstico que os educadores deverão fazer, está também a observação, estudo e apontamento das situações onde serão trabalhados com os alunos os temas transversais. De acordo com o MEC (1998)

estes temas são ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e trabalho e consumo. Os quais devem ser abordados em sua totalidade, objetivando fazer com que “os alunos se tornem capazes de eleger critérios de ação pautados na justiça, detectando e rejeitando a injustiça quando ela se fizer presente, assim como criar formas não violentas de atuação nas diferentes situações da vida”. (MEC, 1998, p. 35)

Os PCN's estabelecem, também, certos padrões a serem seguidos na educação matemática, segundo o MEC (1997, p. 30)

um currículo de Matemática deve procurar contribuir, de um lado, para a valorização da pluralidade sociocultural, impedindo o processo de submissão no confronto com outras culturas; de outro, criar condições para que o aluno transcenda um modo de vida restrito a um determinado espaço social e se torne ativo na transformação de seu ambiente.

Contudo, apesar da importância de trabalhar-se com estes temas “é importante identificar que tipos de projetos exploram problemas cuja abordagem pressupõe a intervenção da Matemática, e em que medida ela oferece subsídios para a compreensão dos temas envolvidos”. (MEC, 1997, p. 32). Com isto, percebe-se a importância do envolvimento destes no planejamento escolar, de todas as disciplinas, para que assim, os alunos não aprendam apenas conteúdos específicos, mas também lições importantes de cidadania, e princípios fundamentais para sua formação pessoal, social e cultural.

2.3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político- Pedagógico (PPP) é o planejamento anual de cada escola, segundo Vasconcellos (2009, p. 17) “o Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição”. Ele necessita ser modificado, atualizado a cada início de ano letivo, para que assim possa estar sempre de acordo com a realidade social, econômica e cultural, da escola, dos alunos e da comunidade a que esta está inserida. De acordo com Lopes (2014, texto online) podemos definir o PPP como:

- É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Dado a importância deste projeto para educadores e educandos, bem como para o bom andamento do ano letivo, é necessário que ao construí-lo alguns fatores relevantes sejam considerados, Vasconcellos (2010, p. 179) afirma “mais importante do que ter um texto ‘sofisticado’, é construirmos o envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição”.

Na realização de um PPP que realmente atenda as necessidades e expresse a realidade presente na escola, é preciso que este abranja algumas dimensões importantes, de acordo com Vasconcellos (2009, p. 18) estas são:

- Dados; conhecimento, diagnóstico; necessidade; problema; justificativa; situação; contexto; realidade
- Objetivo; meta; missão; princípio; visão de futuro; utopia; sonho; horizonte; finalidade
- Orientação para a ação; diretriz; política [...]
- Prática; aplicação; operacionalização [...]
- Análise dos resultados; controle; retro- alimentação; monitoramento dos resultados; acompanhamento; avaliação.

Outro fator importante a ser considerado na construção do PPP são os objetivos, os quais se buscam alcançar com a realização dos desejos expressos no documento. Melo (1979, p. 12) afirma que estes devem ser:

- a) *de natureza política* (preparar o homem para a participação responsável nos destinos da comunidade [...]);
- b) *de natureza sociológica* (proporcionar o desenvolvimento de uma consciência reflexiva que leve à identificação dos problemas contemporâneos [...]);
- c) *de natureza cultural* (preservar, renovar e desenvolver a cultura nacional; incutir o respeito à cultura dos diferentes povos [...]);
- d) *de natureza psicológica* (desenvolver as potencialidades individuais [...]);
- e) *de natureza econômica* (preparo do homem produtor, consumidor e/ou investidor no campo das relações econômicas[...]).

Este documento é de extrema importância para todos os envolvidos no processo educacional, para expressar as metas e traçar um perfil da comunidade escolar, segundo Vasconcellos (2010, p. 169) “é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade”. Deste modo, percebe-se como o PPP é essencial à educação, é nele que estão expressos os objetivos anuais de cada escola. Assim, é imprescindível que este seja feito com seriedade, envolvendo todos os membros da instituição, para que possa realmente ser um documento útil, e que apresente a realidade social, cultural, histórica, educacional, política e econômica, comum a todos os envolvidos.

2.4 COMO REALIZAR UM BOM PLANEJAMENTO

Para a realização de um bom planejamento, que expresse a realidade e tenha significado no contexto que está inserido é necessária à participação de todos, segundo Vasconcellos (2010, p. 36) “o fator decisivo para a significação do planejamento é a percepção por parte do sujeito da **necessidade de mudança**”.

Contudo, é necessário que se tenha em mente que um planejamento, no âmbito educacional, nunca será algo concretizado e imutável, pelo contrário, deve estar sempre pronto para modificar-se de acordo com as mudanças que ocorrem e que são comuns a todos os envolvidos. Neste sentido Gandin (2007, p. 110) alerta

Há os que julgam que insistir no planejamento é buscar prisões, impedir a inspiração, esquecer-se das pessoas. Isso realmente é assim quando há os que dominam o planejamento, os que realizam planejamento burocrática e tecnocraticamente. Não é assim para aqueles que usam o planejamento como uma estrada asfaltada para ir mais depressa a algum lugar.

Planejar para a educação deve ser um ato consciente, realizado com dedicação, por quem busca reais melhorias e benefícios. Vasconcellos (2010, p. 37) afirma “não há processo, técnica ou instrumento de planejamento que faça milagre. [...] Numa concepção libertadora, **sujeitos, projeto e organização** devem se articular a partir do fundamental, que são as pessoas, construtoras e destinatárias da libertação”. Assim, é notório que tão importante quanto o próprio planejamento, é a realização correta e responsável do mesmo, por quem conhece, compreende e convive com a realidade e com os problemas da instituição educacional. Desta maneira, ao realizar um planejamento, é necessário considerar os resultados do diagnóstico inicial, ouvir as opiniões de todos que serão contemplados com o mesmo e principalmente buscar traçar metas e objetivos que atendam de forma justa as necessidades; lembrando que o mesmo é um documento em constante construção, que deve ser consultado e modificado sempre que isto se fizer preciso.

3 AVALIAÇÃO

Quando ouvimos falar em avaliação logo ligamos esta palavra à imagem de provas e trabalhos escolares, porém o ato de avaliar é algo que envolve questões e ações muito mais complexas. De acordo com Sant’Anna (2009, p. 17) “tudo na vida é avaliado, consciente ou inconscientemente; o perigo está em que os parâmetros sejam estabelecidos por terceiros, e

não pelo próprio interessado [...] avaliar implica numa interação plena com a coisa desejada para assumi-la ou rejeitá-la”.

No âmbito educacional o ato de avaliar necessita ser encarado como um processo conjunto, que não envolve apenas apontar erros e quantificar resultados. Segundo Sant’Anna (2009, p. 24) “a avaliação também tem como pressuposto oferecer ao professor oportunidade de verificar, continuamente, se as atividades, métodos, procedimentos, recursos e técnicas que ele utiliza estão possibilitando ao aluno alcance dos objetivos propostos”.

Refletir constantemente sobre suas próprias atitudes e metodologias é uma importante forma de avaliação que deve fazer parte da rotina de cada educador, Hoffmann (2010, p. 15) afirma: “um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo do termo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais”. Avaliar alguém requer sabedoria e capacidade de compreensão e aceitação de diferentes formas de ver e se portar diante de uma mesma situação, caso contrário, este processo tornar-se-á um julgamento de atitudes, opiniões e capacidade intelectual.

Nesse sentido, Hoffmann (2010, p. 58) destaca que,

da educação infantil à universidade, crianças e jovens são constantemente sentenciados por seus comportamentos e tarefas. Formal ou informalmente, cada vez que a criança brinca, fala, responde ou faz tarefas, está sendo observada e julgada por seus professores. A isto denomina-se avaliação. Esta concepção abrange as ações de observação e julgamento e, perigosamente, limita-se a elas.

A deficiência avaliativa não se encontra apenas em pré-julgamentos, baseados em opiniões pessoais. Outro erro, bastante comum, está no uso da avaliação como ferramenta de castigo ou como forma de coagir e ameaçar os alunos. Luckesi (1999, p. 40) adverte que,

uma atitude de “indisciplina”, na sala de aula, por vezes, é imediatamente castigada com um teste relâmpago [...] às vezes, os alunos são advertidos, previamente, que “se vierem a ferir a ordem social da escola” poderão sofrer conseqüências nos resultados da avaliação, a partir de testes mais difíceis e outras coisas mais.

O educador precisa ter em mente que a avaliação não é uma forma de julgamento e que não deve ser usada como forma de coagir e punir os educandos, porém não pode encará-la como sendo apenas uma forma de avaliar o quanto o aluno aprendeu sobre determinado assunto. A avaliação, do modo como vem sendo conduzida, não consegue obter aquilo a que se propõe, ela só será realmente eficiente quando o aluno sair do papel de indivíduo inativo, que está sujeito à autoridade do professor. E este sair de seu lugar preestabelecido como o responsável por decidir aquilo que é certo, que deve ou não ser aprendido e “decorado” por seu aluno. A solução está em juntos buscarem investigar e descobrir novos horizontes; e

juntos, também, avaliarem os resultados, destacando o sucesso e procurando soluções para possíveis erros. (SANT'ANNA, 2009)

Percebe-se que avaliar vai muito além de inferir uma nota ao aluno, ou de quantificar seu nível de inteligência e sabedoria. O conceito de avaliação necessita ser revisto por muitos educadores, para que assim possam percebê-la como a oportunidade de compreender sucessos e possíveis falhas que ocorram no processo educativo, bem como um modo de perceber a evolução de cada um dos alunos. Neste sentido, Luckesi (1999, p. 81) afirma

com isso, queremos dizer que a primeira coisa a ser feita, para que a avaliação sirva à democratização do ensino, é modificar a sua utilização de *classificatória* para *diagnóstica*. Ou seja, a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista *tomar decisões* suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem.

Ao conhecer os principais equívocos ocorridos durante o processo avaliativo, torna-se necessário então compreender as modalidades avaliativas, designadas conforme a função desempenhada.

3.1 MODALIDADE DIAGNÓSTICA

Diagnosticar trata-se de examinar e verificar algo para então constatar os possíveis problemas existentes. É necessário fazer um diagnóstico correto para que este possibilite a criação de medidas resolutivas úteis a cada situação. Este tipo de avaliação, de acordo com Sant'Anna (2009, p. 33)

visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Permite averiguar as causas de repetidas dificuldades de aprendizagem. [...] É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar dificuldades encontradas.

Esta modalidade avaliativa é de vital importância para o processo de ensino e aprendizagem. Conforme Luckesi (1999, p. 43) “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”. Deste modo, percebemos como ela se faz necessária para que o educador a use como meio de conhecer seus alunos por meio daquilo que eles já sabem e compreendem, Sant'Anna (2009, p. 10) afirma “muitas vezes o

professor introduz novos conhecimentos sem averiguar se os anteriores, e que são pré-requisitos para estudos subsequentes, foram aprendidos”. Para que seja justo com os alunos e correto para com o seu processo avaliativo, o educador deve sempre valorizar a avaliação diagnóstica.

3.1.1 Função diagnóstica da avaliação

A função diagnóstica no que diz respeito às avaliações é investigar, perceber e posteriormente sanar as dificuldades encontradas com este diagnóstico. São quatro, os objetivos principais desta, de acordo com Sant’Anna (2009, p. 39)

- a) Verificar se o aluno apresenta ou não determinados conhecimentos ou habilidades necessários para aprender algo novo (pré-requisitos).
- b) Identificar, discriminar, caracterizar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem ou essas próprias dificuldades para uma prescrição.
- c) Comprovar as hipóteses sobre as quais se baseia o currículo.
- d) Obter informações sobre o rendimento do aluno.

Deste modo percebemos a relação existente entre esta e a avaliação diagnóstica, onde uma não existe sem a outra. E ambas são de total importância para o trabalho do educador, e para o real e significativo desenvolvimento dos alunos.

3.2 MODALIDADE FORMATIVA

Este tipo de avaliação vem à busca de identificar e mostrar ao professor as transformações pelas quais os educandos passam, com o objetivo de alcançarem as metas desejadas por ambos.

Sant’Anna (2009, p. 34) afirma que a avaliação formativa “localiza deficiências na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos”. Com isto percebemos que à medida que a avaliação diagnóstica visa perceber os conhecimentos que os alunos já possuem, para então compreendê-los dentro de determinadas situações, a avaliação formativa objetiva a percepção das mudanças vividas pelos alunos a fim de alcançar as metas propostas.

3.2.1 Função formativa da avaliação

Esta é a função a que trata a avaliação formativa, sendo que esta pode também ser conhecida como função de controle, devido a sua utilidade para informar aos envolvidos no processo educacional sobre os resultados que estes vêm alcançando, para que desse modo possam promover melhorias no processo educacional. Sant'Anna (2009, p. 39), nos informa quais suas principais características e objetivos:

- a) Informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades.
- b) Melhorar o ensino e aprendizagem.
- c) Localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las.
- d) Propiciar *feedback* de ação [...].

Assim, percebe-se a importância deste tipo de avaliação, que serve como um modelo de observação, para educador e educando. Através da função formativa, é possível encontrar problemas e localizar as novas necessidades que vão surgindo durante o processo de aprendizagem.

3.3 MODALIDADE SOMATIVA

Na medida em que ambas as modalidades avaliativas, citadas anteriormente, visam mais do que quantificar resultados, auxiliar o educar a perceber em que estágio educacional os alunos se encontram e como está sendo sua evolução ao longo do período e conteúdos trabalhados, a avaliação somativa vem à busca de avaliar de forma classificatória os alunos.

Na sua função classificatória, esta modalidade, busca avaliar o aluno segundo o rendimento deste diante dos conteúdos trabalhados e as metas previstas. Contudo, segundo Sant'Anna (2009, p. 36) “a classificação deve se processar conforme parâmetros individuais e grupais”. Nesta avaliação o professor não deve considerar apenas a nota final obtida, mas sim, se todas as competências necessárias foram aprendidas pelos alunos. Sobre isso, Luckesi (1999, p. 45) afirma

[...] o médio não pode ser um *médio de notas*, mas um *mínimo necessário* de aprendizagem em todas as condutas que são indispensáveis para se viver e se exercer a cidadania, que significa a detenção das informações e a capacidade de estudar, pensar, refletir e dirigir as ações com adequação e saber.

Deste modo percebemos, que mesmo uma avaliação que visa classificar, deve ser feita com cautela, levando em consideração os resultados de cada aluno, mas também fazendo uma comparação entre os rendimentos do grupo, e as metas estabelecidas inicialmente.

3.3.1 Função classificatória da avaliação

Esta é a função da avaliação somativa, classificar de acordo com o nível de aprendizado. Para Sant'Anna (2009, p. 39), esta função busca: “a) Classificar o aluno segundo o nível de aproveitamento ou rendimento alcançado. b) Buscar uma consciência coletiva quanto aos resultados alcançados [...]”.

Contudo, não é apenas para classificar os alunos que ela deve ser usada, pois seus resultados podem servir como base para o professor perceber o quanto de suas metas foram alcançadas.

3.4 COMO AVALIAR

Diante de tudo o que foi exposto, podemos perceber as diferentes maneiras errôneas que um educador pode usar para conduzir um processo avaliativo. Conhecendo-se os erros, e as principais funções das modalidades avaliativas, torna-se então mais fácil entender a maneira correta de agir. O ato de avaliar, quando feito da maneira correta, é de vital importância para um bom andamento do processo de aprendizagem, porém Hoffmann (2010, p. 15) alerta “os educadores percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados”.

Contudo, percebe-se que avaliar e educar são ações inteiramente ligadas e indissociáveis, sendo que uma só irá ter real significado quando praticada em harmonia com a outra, segundo Demo (2005, p. 16) “[...] a obra de arte do educador não será jamais fabricar o educando, o discípulo, o assecla, mas motivar magicamente as capacidades do educando, para que ele também seja educador”. Com isto torna-se claro, que o objetivo do professor não pode ser avaliar quantidade de conhecimentos, mas sim valorizar o desenvolvimento e a evolução de cada aluno, de acordo com suas limitações e individualidades, Hoffmann (2010, p. 46) afirma “a quantificação não é absolutamente indispensável e muito menos essencial à avaliação. Consiste em uma ferramenta de trabalho, útil, somente se for compreendida”.

A maioria dos alunos vê as avaliações como forma de castigo, e cabe ao professor demonstrar a eles que este processo é importante para ambos. O educador precisa demonstrar

a necessidade da avaliação como instrumento de melhorias para as aulas, e conseqüentemente para o rendimento dos alunos, afinal, segundo Sant'Anna (2009, p. 16) “avaliar significa atribuir algum valor, e não implica em desvalorização”.

A avaliação deverá ser usada pelo professor, também, para avaliar seu próprio trabalho e perceber se seus objetivos pessoais como profissional foram alcançados. Sant'Anna (2009, p. 23) assegura, “o professor organizará as situações de aprendizagem, oportunizando contato do aluno com o ambiente, de forma real, significativa. É preciso conhecer a clientela para utilizar técnicas de acordo com a realidade interna e externa do sujeito”.

Outro fator importante no momento da avaliação são os critérios a serem considerados pelo professor. É necessário que este tenha coerência e ponderação neste momento, pois ele precisa estar ciente do quão relevante isto é para a qualidade do processo. Sobre estes critérios, Sant'Anna (2009, p. 65) nos diz “[...] deverão ser fundamentados na fidedignidade, validade e eficiência da avaliação”. Conhecer os alunos, ter em mente como foram as aulas, e reconhecer a qualidade de seu trabalho e de sua postura durante elas, para que assim possa ser justo ao avaliar.

Contudo, percebemos que avaliar corretamente é de extrema importância para a qualidade do processo de aprendizagem. Neste sentido, Luckesi (1999, p. 96) propõe que “[...] o objetivo primeiro da aferição do aproveitamento escolar não será a aprovação ou reprovação do educando, mas o direcionamento da aprendizagem e seu conseqüente desenvolvimento”. Um professor que avalia corretamente os alunos, e usa estes resultados para buscar melhorias e o crescimento pessoal de ambos, obterá mais sucesso em seu trabalho. Para Sant'Anna (2009, p. 28) “é preciso, para realizar uma avaliação coerente com os objetivos educacionais, levar em consideração a necessidade de uma ação cooperativa entre os participantes do processo, uma ação coletiva consensual, uma consciência crítica e responsável de todos”.

Diante de tudo que foi exposto, percebe-se a relação entre uma boa avaliação e um bom rendimento dos alunos, juntamente com o sucesso do professor. Quando realizada de forma coerente e justa, tanto alunos e como professores tornam-se mais realizados, e o processo educacional torna-se significativo. É notório que avaliar faz parte do processo de aprendizagem, porém, deve ser usado como ferramenta de ensino e construção de conhecimentos, sem, nunca, tornar-se um modo de punição e ameaça.

4 CONSIDERAÇÕES

Diante de tudo o que foi exposto percebe-se a importância e necessidade de um planejamento coerente e de uma avaliação justa, para a eficiência do processo educacional. Visto que, planejar vai muito além de simplesmente construir planos, pelo contrário, requer conhecimento dos alunos que serão diretamente compreendidos por esses planos, comprometimento com os conteúdos a serem trabalhados e principalmente, requer um educador disposto a mudar sua postura e metodologia a fim de atingir seus objetivos e melhorar o rendimento de cada turma.

Contudo, sabe-se que além de um bom planejamento é fundamental que o educador saiba avaliar de forma correta: não usando a mesma como forma de punição e sim como um instrumento para aproximar-se dos alunos, conhecendo suas dificuldades. E, principalmente, usar o processo avaliativo para valorizar o conhecimento de cada um, juntamente com sua evolução ao longo das aulas.

Dessa maneira, percebe-se como esses são fundamentais para a construção de um processo de ensino aprendizagem mais justo, eficiente e que aproxime educador e educando, de forma que esses consigam compreender-se dentro do papel que exercem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Matemática. Brasília: MEC, 1997.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa:** Polêmicas do Nosso Tempo. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GANDIN, Danilo. **Planejamento:** Como Prática Educativa. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: Mito e Desafio:** Uma Perspectiva Construtivista. 40. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LOPES, Noemia. O que é o projeto político-pedagógico (PPP): O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Saiba como elaborar esse documento.

Revista Gestão Escolar. Disponível em:

<<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>>. Acesso em: 23-out-2014.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez editora, 1999

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Teoria e Prática do Planejamento Educacional**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que Avaliar? Como Avaliar?:** Critérios e Instrumentos. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

_____. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 20. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010.